

PROCESSO - A.I. Nº 269439.0030/01-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - B. A. DE SOUZA
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 29.08.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0333-11/02

EMENTA: ICMS. ALTERAÇÃO PARCIAL DE DÉBITO. Representação proposta com base nos fundamentos do artigo 119, inciso II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Procuradoria da Fazenda Estadual, com fundamento no artigo 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, propõe através desta Representação que seja alterado no PAF o valor do débito de R\$4.689,14 para R\$4.129,35, uma vez que não foi concedido pelos autuantes o crédito fiscal a que o contribuinte tinha direito, no valor de R\$559,79 conforme Nota Fiscal à fl. 16 dos autos.

VOTO

Após exame e análise dos elementos constantes nos autos, concluir pelo acerto dos fundamentos da representação encaminhada pela Douta PROFAZ. Voto pelo ACOLHIMENTO da Representação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de agosto de 2002.

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR.DA PROFAZ